



**FACULDADE DE INHUMAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE INHUMAS**

CURSO DE PEDAGOGIA

PAULA CRISTINA DE SOUZA BRITO

**MULTICULTURALISMO E INTERCULTURALIDADE CRÍTICA NA EDUCAÇÃO
INFANTIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

**INHUMAS-GO
2020**

PAULA CRISTINA DE SOUZA BRITO

**MULTICULTURALISMO E INTERCULTURALIDADE CRÍTICA NA EDUCAÇÃO
INFANTIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia, da Faculdade de Inhumas (FACMAIS) como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Professor (a) orientador (a): Ma. Elisabeth Maria de Fátima Borges

**INHUMAS – GO
2020**

PAULA CRISTINA DE SOUZA BRITO

**MULTICULTURALISMO E INTERCULTURALIDADE CRÍTICA NA EDUCAÇÃO
INFANTIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO(S) ALUNO(S)

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia, da Faculdade de Inhumas (FACMAIS) como requisito para a obtenção da conclusão de curso.

Inhumas, 05 de novembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof Ma. Elisabeth Maria de Fátima Borges – FacMais
(orientador(a) e presidente)

Prof Me Daniel Oliveira Júnior – FacMais
(Membro)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

BIBLIOTECA FACMAIS

B862m

BRITO, Paula Cristina de Souza

Multiculturalismo e interculturalidade crítica na educação infantil:
Desafios e possibilidades/ Paula Cristina de Souza Brito. – Inhumas:
FacMais, 2020. 46 f.: il.

Orientadora: Elisabeth Maria de Fátima Borges .

Monografia (Graduação em Licenciatura em Pedagogia) - Centro de
Educação Superior de Inhumas - FacMais, 2020.

Inclui bibliografia.

1. Interculturalidade, 2. Multiculturalismo, 3. Literatura, 4. Educação
Infantil. I. Título.

CDU: 37

Dedico esta monografia aos meus pais, que acreditaram e se dedicaram para que este momento de felicidade acontecesse; às minhas irmãs, que sempre me trouxeram palavras de conforto quando a vontade era de parar no caminho por receio de não conseguir, agradeço aos amigos e familiares que torcem por minhas conquistas. Sou muito grata a todos vocês. E aos meus professores, que foram essenciais em meu percurso com todo conhecimento compartilhado, com suas experiências e com todo carinho e cuidado com cada uma de nós; à minha orientadora, que exerceu seu papel de tal maneira que tenho gratidão por toda compreensão, paciência e o principal: acreditou em mim. Com isso, finalizo agradecendo a cada um, pois a energia de vocês foi o meu combustível para conseguir.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela conquista e oportunidade de ter chegado até aqui sob Sua vontade, pois todas as vezes em que pensei em desistir, Sua graça me sustentou e me mostrou que as dificuldades em nosso caminho são para o alcance da realização de nossos sonhos. Sou grata por todo percurso que Ele me permitiu passar, pois agora estou alcançando o que tanto almejei mesmo com minhas dificuldades e falhas que não foram poucas durante o caminho.

Aos meus familiares, agradeço aos que acreditaram no início de um sonho, e aos que duvidaram agradeço também, porque foram minha motivação e sei que hoje trago orgulho a vocês. Agradeço, em especial, à minha mãe, ao meu pai e às minhas irmãs que foram fundamentais em minha formação, que acreditaram em mim, confiaram e que acredito estarem repletos de alegria por essa conquista, que não é só minha. É nossa, agradeço por verem o meu choro e me acolherem mostrando que os desafios são necessários, mas que sou capaz de muito mais com força de vontade, fé em Deus e amor no que se faz. Assim, não há impossível.

Imensa gratidão à minha orientadora, que teve tanta paciência e tornou o processo mais leve, por ter sido tão compreensiva com meus anseios. Minha admiração sempre foi e será nítida pela profissional e mulher de luz que ela é. Obrigada por ter feito parte da minha trajetória por esse caminho e por tanto conhecimento compartilhado.

Aos professores que fizeram parte da minha formação, sou grata por todo aprendizado, companheirismo. Sempre tive o conceito que na faculdade professor não se importava com aluno e vocês me mostraram o contrário, temos em vocês grandes companheiros e colegas de profissão. Tenho, portanto, grande apreço e admiração por cada um, pois serão levados em minha vida de maneira muito especial.

Às minhas colegas de curso, chega dar um nó na garganta enquanto penso no que falar, pois vocês são muito especiais para mim. Cada uma em sua intensidade, algumas se tornaram amigas, outras companheiras de sala, mas, mesmo em nossos desentendimentos, sempre estávamos juntas nos apoiando quando tudo parecia estar muito difícil. Sempre tivemos palavras de apoio, nos tornamos uma família, compartilhamos momentos que não voltarão, mas que

carregarei em meu coração com muito amor. Eu sou muito grata por ter vivenciado esse processo com cada uma de vocês.

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele ou por sua origem, ou sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender. E se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar, pois o amor chega mais naturalmente ao coração humano do que o seu oposto. A bondade humana é uma chama que pode ser ocultada, jamais extinta.” (Nelson Mandela).

RESUMO

O trabalho das escolas com a interculturalidade e multiculturalismo é de extrema importância no mundo hodierno. O presente trabalho busca analisar os desafios e possibilidades do trabalho multicultural e intercultural com alunos da Educação Infantil buscando perceber o papel que o trabalho com a literatura infantil pode auxiliar nesse processo. A metodologia desta pesquisa consiste na revisão da literatura e análise de livros literários sobre a temática. Os resultados encontrados apontam que a abordagem escolar multicultural propicia o desenvolvimento de um trabalho que produz conscientização, respeito e valorização diante das diferenças. Conclui-se que a literatura infantil é uma grande aliada para se trabalhar nessa perspectiva na Educação Infantil.

Palavras-chave: Interculturalidade. Multiculturalismo. Literatura. Educação Infantil.

ABSTRACT

The scholarly work with interculturality and multiculturalism is a big theme in the new world. This research aims to analyze the challenges and possibilities of work with multiculturalism and interculturality with childhood education students seeking out and understanding the role that works with children's literature and how that can assist in this process, the methodology of this research consists of literature review and analysis of literary books on the subject. Multiculturalism comes to present the mixture of cultures and ethnicities bringing knowledge that reports on miscegenation in our country bringing with it the need for work with intercultural approaches. And through the multicultural approach, it is possible to develop work that brings awareness, respect, and appreciation in the face of differences, as well as recognizing the struggles that have been fought for rights. Finally, it is clear that children's literature is a great ally to work in this perspective in Childhood Education.

Keywords: Interculturality. Multiculturalism. Literature.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 EDUCAÇÃO ESCOLAR E CULTURA: A IMPORTÂNCIA DO MULTICULTURALISMO NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	13
1.1 As duas Concepções do Trabalho da Cultura nas Escolas: Abordagens Diferencialista e Multiculturalismo.....	13
1.2 As Três Propostas de Trabalho com o Multiculturalismo: Assimilacionista o Multiculturalismo Diferencialista e o Multiculturalismo Interativo	14
1.3 Diferentes Culturas na Educação Escolar: Educação Indígena do Período Colonial as Primeiras Décadas do Século XX.....	16
1.4 O movimento Negro e Ampliação da Discussão Sobre as Relações entre Educação e Interculturalismo	19
1.5 Décadas de 1980 e 1990: Países reconhecem em suas Constituições o Caráter Multiétnico e, Pluricultural e Multilíngue de suas Sociedades	20
2 A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL E A CULTURA	21
2.1 Constituição da República de 1988	21
2.2 Lei 10.639, de 2003 - A inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos Currículos da Educação Básica.....	22
2.3 Lei 11.645, de 2003 - A inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos Currículos da Educação Básica	24
3 OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE SE TRABALHAR O MULTICULTURALISMO E INTERCULTURALIDADE CRÍTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL ATRAVÉS DA LITERATURA INFANTIL.....	27
3.1 A Literatura Infantil na Educação Intercultural	27
3.2 O cabelo de Lelé	28
3.3 As Cores de Mateus.....	31
3.4 A Menina Bonita do Laço de Fita.....	35
3.5 Txopai e Itôhã.....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS.....	42

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa objetiva analisar a importância do reconhecimento do multiculturalismo no ambiente escolar da Educação Infantil. Ele multiculturalismo consiste em mais um esforço no sentido de contribuir no processo de formação do sujeito para desconstruir desigualdades e ações de preconceitos vivenciados por grupos por suas etnias. E pretende-se, com este texto, contribuir à compreensão de certos parâmetros que norteiam o trabalho inter e multicultural nas escolas.

Ante o exposto, apresentamos o problema da pesquisa que se relata em torno dos desafios e possibilidades de se trabalhar o multiculturalismo na educação infantil, através da literatura infantil.

A pesquisa contribuirá socialmente para a valorização das diferentes culturas e na construção de uma sociedade que tenha um olhar humanizado diante das diferentes identidades pautando sempre o respeito e o lugar de fala do outro, valorizando a bagagem cultural de todo indivíduo independente de seu grupo étnico. Na formação acadêmica o trabalho contribuirá para a criticidade de se repensar práticas educativas que envolvam e trabalhem com as diferenças e com o respeito valorizando e dando voz às diferentes culturas desde o início de sua formação.

O objetivo do trabalho apresentado busca ser alcançado através de livros literários aproximando a criança, por meio da leitura, de seu contexto social e desconstruindo a homogeneidade criada de forma lúdica.

Os referenciais teóricos que nos darão pista da temática abordada serão construídos com bases nas leituras de: Bardin, Borges, Candau, Omani Jr. As leituras dos trabalhos desses autores permitiram perceber um viés de análise que procura evidenciar as diversidades culturais e a necessidade de ações afirmativas para transformar uma sociedade danificada por desigualdade, já que somos uma mistura de povos. O viés de análise, mostrou a necessidade de repensarmos nossas práticas pedagógicas e, através dessas informações, criar processos inovadores que insiram o sujeito, valorizando seus saberes a partir de uma democracia de classes. Mostrando também as dificuldades enfrentadas, o descaso e como podemos intervir nesse processo, de maneira significativa, fazendo a diferença.

Com tal intuito, a pesquisa foi dividida em três capítulos. No primeiro capítulo será apresentada a importância do Multiculturalismo na Educação, evidenciando as concepções da cultura em abordagens diferencialistas e multiculturalismo. Serão

apresentados os diferentes tipos de multiculturalismo e interculturalidade, bem como as culturas na educação escolar e, finalmente, como era a educação indígena do período colonial nas primeiras décadas do século XX.

No segundo capítulo serão abordadas as legislações educacionais voltadas para a inclusão das diferentes culturas nos currículos da educação básica. Será mostrado o papel dos movimentos sociais nas lutas pela elaboração e promulgação dessas legislações.

O terceiro capítulo busca apresentar a perspectiva de trabalho multicultural e intercultural na Educação Infantil através da literatura infantil, apresentando-a como importante recurso didático-pedagógico.

1 EDUCAÇÃO ESCOLAR E CULTURA: A IMPORTÂNCIA DO MULTICULTURALISMO NA EDUCAÇÃO

Este capítulo versa sobre a relação entre educação escolar e cultura, destacando a importância do multiculturalismo na educação. Para tal, ele está dividido em 05 partes.

Na primeira parte será abordada as duas concepções de cultura nas escolas: a abordagem diferencialista e a abordagem multiculturalista. Na segunda parte serão analisadas as três propostas de trabalho com o multiculturalismo: proposta assimilacionista, do multiculturalismo diferencialista e do multiculturalismo interativo. A terceira parte versa sobre as diferentes culturas na educação escolar: educação indígena, do período colonial às primeiras décadas do século XX. Na quarta parte será abordada a participação do Movimento Negro na ampliação da discussão sobre as relações entre educação e interculturalismo. Na quinta e última parte será apresentado que nas décadas de 1980 e 1990 vários países reconhecem, em suas constituições, o caráter multiétnico, pluricultural e multilíngue de suas sociedades.

1.1 As duas Concepções do Trabalho da Cultura nas Escolas: Abordagens Diferencialista e Multiculturalismo

Apesar de vivermos em um país cuja beleza cultural é composta pela rica diversidade, no dia a dia, e nas práticas educativas, muitas dificuldades são apresentadas para a compressão do multiculturalismo.

A sociedade é formada por uma diversidade cultural. O Brasil é um país miscigenado, com variações de cultura, mas também “cercado” de preconceito. Todavia, através da educação, é possível criar atitudes de combate a esse racismo. Possibilitando a saída do processo educacional, com bases colonialistas, tão enraizado na sociedade (CANDAU, 2011, p. 153) "A afirmação das diferenças étnicas, de gênero, orientação sexual, religiosas, entre outras se manifestam em todas as suas cores, sons, ritos, saberes e diversas linguagens."

Anunciar abordagens culturais no ambiente escolar traz consigo diversas buscas e é necessário compreender isso em diferentes perspectivas. Entender o

que é o multiculturalismo nos faz refletir sobre as diversas abordagens existentes em torno desses questionamentos. Somos colocados diante da nossa própria construção e valorização, não apenas individualmente. "Não se pode pensar numa igualdade que não incorpore o tema das diferenças, o que supõe lutar contra todas as formas de desigualdades preconceito e discriminação". (CANDAU, 2003, p. 6).

A multiculturalidade traz marcas que explicam a mistura de culturas e etnias. Tem como principal característica a diversidade cultural e a miscigenação que temos, por exemplo, no Brasil e, já na abordagem diferencialista, a multiculturalidade mostra os espaços em que trabalhamos as diferenças de modo que evidenciam e falam de sua cultura em ambientes específicos e não há como abordar a multiculturalidade no ambiente dessa forma, pois, na sociedade, convivemos com diferentes identidades, e na escola é o principal local de acesso a essas informações para transformação. (SUANNO, 2012)

1.2 As três Propostas de Trabalho com o Multiculturalismo: Assimilacionista o Multiculturalismo Diferencialista e o Multiculturalismo Interativo

O multiculturalismo abrange diversas áreas, mas compreender a riqueza das diversidades e que assimilar essas informações garante acesso a diferentes saberes, valorizando e abordando temas da comunidade, conhecendo e respeitando a cultura e a fala do outro, fazendo com que a educação seja reinventada. Em uma entrevista, Candau cita três perspectivas multiculturalistas: a assimilacionista, a diferencialista e o interativo, cada um desses processos traz consigo abordagens diferentes.

O multiculturalismo assimilacionista, ao inserir o sujeito na sociedade, deslegitima os seus saberes, sua bagagem cultural, pois, mesmo apresentando diversidades, uma classe se mostra superior a outra, porque são entregues a uma sociedade e, então, passam por processos homogeneizadores dando a condição da socialização sem democracia. (VIEIRA, 2001).

Ao abordar o conceito de formação intercultural, Vieira aponta que o mesmo se encontra em processo de construção:

O conceito de formação intercultural ainda está em construção. Um contato superficial com o tema pode surgir que a intercultura busca harmonizar a

convivência entre diferentes culturas excluindo ou minimizando conflitos na medida em que uma cultura tolere a outra. Mas não se pretende desenvolver tolerância. Tolerar significa suportar, aguentar, e essa não é uma relação de igualdade, mas de superioridade sobre outra. (VIEIRA, 2001, p.118).

A sociedade é formada por um racismo estrutural. Assim, como parte integrante dessa sociedade, mesmo diante de diversos saberes, algumas escolas não têm um trabalho epistemológico para movimentar a desconstrução desse racismo. Falta-lhes consciência para o reconhecimento dos saberes construídos que vêm da ancestralidade. É de extrema importância mudar esse contexto, não apenas com falas, mas sim criando práticas que combatam e deem representatividade a diferentes grupos. Assim, a escola pode contribuir para a construção de uma cidadania, de uma sociedade mais justa e humana, na qual haja espaço aos diferentes povos e aos seus saberes culturais.

Numa abordagem diferencialista é definido espaços para que a cultura seja expressada onde há o direito de expressão, mas sem a troca de conhecimento entre as diferentes culturas. Silva e Murano defendem que:

É por isso que pensar o certo não pode ser ensinado separadamente de fazer o certo. Por isso, não se pode ensinar a pensar certo somente falando como ele é ou descrevendo como ele se processa, pois isso só se aprende a pensar certo no campo do concreto (SILVA; MURANO, 2013, p. 08).

Os autores também mostram que as práticas educativas, que limitam e impossibilitam a interação, acabam por impedir que o sujeito explore conhecimentos e desperte seu senso crítico. Isso tem levado à intolerância nas escolas, onde é comum a presença da dificuldade de se conviver com diferenças. É necessário, portanto, problematizar essas situações e buscar soluções para repensar nossas práticas educativas.

Candau (2011) traz e faz uma crítica acerca da cultura escolar que faz alusão ao multiculturalismo assimilacionista e diferencialista ao priorizar o “comum” e ignorar as diferenças, remetendo uma visão de padronização do ensino. Diante dessas perspectivas, o multiculturalismo interativo traz um ensino significativo que promove cidadania, sendo um processo de interação onde cada cultura mantém a sua representatividade e se integram na cultura do outro, trazendo uma construção

de saberes em sua totalidade para as práticas de sua construção na vida e em seu contexto social.

O multiculturalismo intercultural remete-se ao movimento escolanovista que traz questões que repensam a prática educacional, o aprendizado por experiência, e o contato com o mundo. O multiculturalismo intercultural visa a desconstrução da homogeneização do ensino cultural para compreensão da dimensão cultural e faz isso através da troca de conhecimento com o outro.

1.3 Diferentes Culturas na Educação Escolar: Educação Indígena do Período Colonial as Primeiras Décadas do Século XX

Ao estudar a historiografia do multiculturalismo é fundamental compreender o porquê de o cenário atual do Brasil ser enraizado nos precedentes de preconceitos com sua própria raça, sobretudo por sermos um povo miscigenado.

Candau e Russo (2011) mostram que na América Latina o termo interculturalidade foi utilizado inicialmente como uma referência à cultura da escola indígena. As autoras apresentam as quatro etapas do desenvolvimento da educação escolar indígena latino-americana.

As autoras mostram que a primeira etapa ocorreu do período colonial até as primeiras décadas do século XX. Elas descrevem essa etapa como uma violência etnocêntrica explícita. Um momento em que a cultura hegemônica é imposta sobre as populações indígenas.

Partindo do pressuposto das diferenças culturais na sociedade e a padronização imposta ao voltar ao período colonial, com a chegada de Pedro Álvares Cabral, em 22 de abril de 1500 no Brasil, é possível perceber que esse preconceito foi implantado ao conhecer os índios e fazer com que eles passassem por um choque cultural passando, desse modo, por um processo de aculturação diante das percepções e julgamentos pautados em seu etnocentrismo.

Os índios tinham sua cultura e não se viam como um povo unificado, não tinham identificação entre si, tinham seus costumes, crenças e ritos, porém não seguiam doutrinas, seus saberes eram pautados diante da cosmologia, suas famílias eram construídas por laços parentescos ou afinidade, a vida sexual era pouco valorizada, homens eram ensinados para a caça, pesca, plantio e guerra; as mulheres, por afazeres como alimentação e artesanato. A educação das crianças se

tornava responsabilidade de toda a tribo, a autonomia era muito estimulada, o povo indígena aprendia através da natureza e do que ela oferecia e trazia para seu modo de vida.

Desde a chegada dos portugueses e outros europeus que por aqui se instalaram, os habitantes nativos foram alvo de diferentes percepções e julgamentos quanto às características, aos comportamentos, às capacidades e a natureza biológica e espiritual que lhes são próprias. Alguns religiosos europeus, por exemplo, duvidavam que os índios tivessem almas. Outros não acreditavam que os nativos pertencessem à natureza humana, pois segundo eles, os índios pareciam mais animais selvagens (LUCIANO, 2006, p. 34).

Através desse contato as culturas se submergiram por portugueses e europeus e eles julgavam o modo de vida dos indígenas. Com isso, implantaram uma educação para catequizar, com intuito de civilizá-los, trazendo esse reflexo para o mundo contemporâneo. Com a desmistificação dos povos indígenas, alguns passaram por problemas como a depressão, por exemplo, dado ao fato de conhecerem o cristianismo e se auto condenarem sendo, conseqüentemente, atuados a cometerem suicídio.

Com esses preceitos, os indígenas trazem lutas constantes em busca de direitos desde que os portugueses e europeus, que povoaram suas terras, discriminaram e os destruíram em todos aspectos morais.

A invasão, ocupação e exploração do solo brasileiro foram e são determinantes para as transformações radicais que os povos originários passaram no decorrer dos cinco séculos. Um longo processo de abstração física e cultural eliminou grupos gigantescos e inúmeras etnias indígenas, especialmente através do rompimento histórico entre os índios e a terra. (SILVA, 2018, p. 481).

Na segunda etapa foi o momento em que foram criadas as primeiras escolas bilíngues para os povos indígenas. Houve aí uma inovação: pela primeira vez, no espaço escolar, haveria a utilização de duas línguas diferentes. Todavia, na prática ocorreu uma ambigüidade: essas escolas reconheciam o bilinguismo não como uma inovação e reconhecimento de uma riqueza cultural, mas sim como apenas uma etapa para a transição, que visava alfabetizar e “civilizar” os povos indígenas. Essas escolas bilíngues eram vistas como uma forma de transformar os indígenas em aptos a se tornarem trabalhadores rurais, ou camponeses. A educação bilíngue tinha

apenas o objetivo mercadológico e não cultural (CANDAU, RUSSO, 2011; CANDAU, 2012).

O ponto positivo destas escolas bilíngues é que, através delas, foram sistematizadas. Essa concepção de bilinguismo oferecerá forte influência nas políticas educacionais voltadas para os povos indígenas na América Latina até a década de 1970. (CANDAU, RUSSO, 2011; CANDAU, 2012).

Na década de 1970 se inicia a terceira etapa do desenvolvimento da educação escolar indígena. Essa fase foi realizada através de experiências alternativas, propostas por lideranças comunitárias ligadas à Igreja Católica e a universidades. (CANDAU, RUSSO, 2011, CANDAU, 2012).

Essa fase pode ser vista como inovadora, uma vez que foram produzidos materiais didáticos alternativos, bem como um novo programa de educação bilíngue. Todavia, ainda havia ali a visão de uma “integração” dos povos indígenas às sociedades nacionais. Mas é inegável a contribuição desse programa para o reconhecimento do direito dos povos indígenas e da manutenção de sua cultura local. Aqui há uma nova mudança de perspectiva do bilinguismo, que deixa de ser apenas um instrumento civilizatório, uma vez que ali era visto como um meio de extrema importância para a continuidade desses povos. (CANDAU, RUSSO, 2011).

Apesar de sua extrema importância, essas experiências da terceira etapa do bilinguismo ocorreram de forma isolada, e por não ter apoio financeiro governamental até o início da década de 1980. (CANDAU, RUSSO, 2011, CANDAU, 2012).

No final da década de 1980 se inicia a quarta etapa na educação escolar indígena na América Latina. Somente nessa fase é que os povos indígenas se tornaram sujeitos ativos em seu processo educativo, uma vez que somente nessa etapa eles puderam participar das definições para o seu processo educacional. (CANDAU, RUSSO, 2011; CANDAU, 2012).

Nessa quarta etapa o bilinguismo muda de perspectiva, ele que antes era visto como uma estratégia de transição, e depois como meio de manutenção de uma cultura ameaçada, agora é inserido na ampla discussão sobre interculturalidade. E é nessa perspectiva intercultural que ele consegue forças para pressionar o modelo escolar tradicional, ao conseguir incluir, nele, suas diferentes línguas e culturas. A partir daí começamos a ter escolas coordenadas e gerenciadas por professores indígenas (CANDAU, RUSSO, 2011; CANDAU, 2012).

Essas escolas interculturais indígenas contribuíram para um novo debate sobre cultura no ambiente escolar. Ao inserir as diferentes línguas surgiu a ampliação da discussão sobre educação e interculturalismo. E aí surge a discussão que incluiu os movimentos negros na América Latina. (CANDAU, RUSSO, 2011; CANDAU, 2012).

1.4 O movimento Negro e Ampliação da Discussão Sobre as Relações entre Educação e Interculturalismo

Partindo de contextos culturais que desbravaram lutas como a educação indígena no período colonial, o movimento negro traz marcos importantes na busca pela luta de direitos e a valorização de sua identidade cultural.

O continente americano iniciou uma grande exportação de negros para o trabalho escravo os colocando em condições desumanas, os privando de direitos de cidadania e sendo despercebidos como seres humanos. Mesmo diante desse cenário havia militantes da causa negra que se manifestavam através de greves de fome, fugas e se refugiando em quilombos. (CANDAU 2010).

Candau ainda relata a luta dos negros por condições de uma vida digna, e a resistência diante de manifestações para seu reconhecimento na sociedade. Diante dessas manifestações foi criado o movimento negro, inicialmente de forma clandestina, pois, em condições inferiores, a busca era de liberdade de expressão, cultural e igualdade. O movimento, então, buscava uma democracia racial, uma luta incessante por direitos de liberdade.

Ela mostra que "a situação dos afro-descendentes na maior parte do continente tem sido configurada por processos de violência e exclusão física social e simbólica" (CANDAU, 2010, p.158).

Esse movimento se tornou uma luta em busca de direitos para desconstruir essa reprodução histórica de ideias de raças, criando estereótipos de forma negativa para com os negros, os colocando em condições de precariedade, marginalizados e sem oportunidades. Trazendo esses questionamentos para o mundo hodierno, se a igualdade existe de fato uma vez que a história nos mostra que, mesmo que condições sejam ofertadas de maneira igualitária, as realidades são diferentes. Então, o outro sempre estará diante de lutas para que possa se expressar, as buscas por direitos não é para ter privilégios, mas busca a liberdade de o indivíduo

expressar sua identidade, assim como classes dominantes que tiraram esse direito por egocentrismo. Diante dessa historicidade, as ações afirmativas surgem para proporcionar forças a movimentos de lutas por igualdade de grupos que foram inseridos na sociedade como inferiores.

A construção de uma identidade nacional para cada novo Estado latino-americano significou a exclusão e invisibilidade para todos aqueles que não se reconheciam na cultura europeia. Assim como os indígenas, culturas de matriz africana não encontraram espaço na educação escolar e até hoje encontram dificuldade de difusão no continente. (CANDAUI, 2010, p.158).

Nas "Orientações Pedagógicas: História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena", publicadas em 2012 o governo reconhece a nossa educação excludente: "Desde o início da história educacional brasileira o acesso à educação foi pensado de forma excludente, preconceituosa e racista, pois os interesses do grupo étnico europeu foram alimentados por meio de ações institucionalizadas." (BRASIL, 2012, p.11).

As diversas lutas em busca de políticas que amparassem causas de etnias conseguem um espaço na educação escolar. Essas conquistas estão amparadas pelas legislações educacionais: pelo artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, modificado pela Lei nº10.639/2003, que estabelece obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na Educação Básica e pela Lei nº11.645 que estabelece obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na Educação Básica, "propostas como essas questionam o discurso e as práticas eurocêntricas, homogeneizadores e monoculturais dos processos sociais educativos". (CANDAUI, 2010, p.160)

Os históricos de lutas trazem, mediante a resistência, conquistas desses grupos sociais. Mas mesmo com todo esse contexto de busca por direitos, a educação, na perspectiva do multiculturalismo, mostra a individualização e o quanto vigora um multiculturalismo assimilacionista onde há a superioridade de classes mostrando a necessidade de que, para o ambiente escolar, seja pensada ações afirmativas que construam um processo interativo das culturas que são vítimas de uma sociedade escravocrata.

1.5 Décadas de 1980 e 1990: Países reconhecem em suas Constituições o Caráter Multiétnico, Pluricultural e Multilíngue de suas Sociedades

Candau (2010) relata que nos anos de 1980 e 1990, onze países latino-americanos reconheceram nas constituições a necessidade de contemplar as diferenças culturais. E que isso somente ocorreu a partir de políticas públicas.

Candau (2010) evidencia que com o reconhecimento à interculturalidade é trabalhado nos currículos escolares com intuito de reconhecer as diferenças das múltiplas culturas e temas transversais, mas com intuito apenas de inibir conflitos e não de desconstruir o processo homogeneizador.

É visível que, mesmo com conquistas e reconhecimentos, a busca por espaços de diferentes grupos na sociedade torna-se incessante, pois mesmo sendo amparados por leis e direitos que buscam a inserção do reconhecimento da cultura para construção de condições, a desigualdade ocorre de forma velada ao mostrar a falta de oportunidades em diferentes contextos da sociedade.

Nas práticas educativas não basta ter os elementos essenciais do processo de ensino e aprendizagem se não houver combinação, interação, mediação, reação em cadeia, auto sustentação, diálogo e intencionalidades claras. Insinuo aqui que não estamos cuidando da proporcionalidade, das conexões, das relações necessárias para provocar reações transformadoras do modo de pensar, dos modos de ensinar, aprender e criar cursos de formação humana capazes de transformar a atual condição humana e a realidade local e planetária. (SUANNO, 2015, p. 44).

Diante do exposto, neste capítulo ficou evidenciado a relação entre educação escolar e cultura. Percebeu-se ainda a importância do multiculturalismo na educação.

2 A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL E A CULTURA

Este capítulo versa sobre as lutas por direitos e sobre a democracia em grupos étnicos raciais. Na primeira parte será abordada a “Constituição da República”, trazendo discussões acerca dos direitos dos cidadãos quanto a seu desenvolvimento e igualdade na sociedade, evidenciando, nos respectivos tópicos, abordagens da lei 10.639 que garante o ensino de história e cultura afro-brasileira africana nos currículos da educação básica relatando manifestações como movimento negro para buscar esses direitos. Também neste capítulo será mostrada a importância do ensino da cultura afro-brasileira para desconstrução de uma sociedade racista e a importância da capacitação dos professores nesse processo.

2.1 Constituição da República de 1988

A constituição de 1988 vigora no mundo hodierno sendo a lei maior do país, antes de sua atuação houve outras constituições que iam ao inverso dos direitos garantidos nela.

Promulgada em 05 de outubro de 1988, a Constituição da República foi construída para garantir direitos e efetivação de um regime democrático, sem sua existência o país seria um lugar de maior desigualdade, pois as constituições anteriores visavam apenas disputas de poder com sistemas monarquistas, exclusão de grupos mais pobres, escravos e indígenas restringindo os direitos a esses grupos. Assim, o país visava apenas poder e direito a grupos dominantes.

Após o país sair de um regime militar, a constituição garante o direito de democracia aos cidadãos brasileiros contestando as desigualdades entre os povos dando o direito à liberdade e à democracia. Na constituição, o Art 5º:

todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza garantindo aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito de vida, a liberdade, a igualdade a segurança é a propriedade nos termos seguintes (FC nº45/2004) (BRASIL,1988, p.13).

O Art. 215 prega que “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Assim, a Constituição assegura

que é dever do Estado a garantia dos direitos culturais, bem como reafirma de que cabe ao Estado o papel de assegurar a valorização e a difusão das manifestações culturais. Cabe a seguinte problematização: essa lei é de 1988 e nas escolas esses direitos vêm sendo garantidos pelo Estado? Os livros abordam essa diversidade?

O § 1º desse mesmo artigo prevê que “O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”. (BRASIL, 1988, p. 13). Mais uma vez pergunta-se: isso vem ocorrendo na prática? Acontece dentro das escolas? Logo a seguir veremos que anos depois foi necessário a promulgação de uma lei que exigia que as escolas cumprissem esse quesito da legislação.

O § 3º do mesmo Artigo defende:

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

- I - defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;
- II - produção, promoção e difusão de bens culturais;
- III - formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;
- IV - democratização do acesso aos bens de cultura;
- V - valorização da diversidade étnica e regional. (BRASIL, 1988, p.13).

A LDB, no Art.3º, ao estabelecer dos princípios e fins da educação, tem como base os seguintes princípios: liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, respeito à liberdade e o apreço à tolerância, bem como a consideração com a diversidade étnico-racial.

O Art. 27º prega a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.

Ao garantir o direito de igualdade e direitos culturais o conhecimento para o respeito e reconhecimento do outro como cidadão de direitos para que possam se manifestar sem seguir um modelo estrutural de uma sociedade racista.

2.2 Lei 10.639, de 2003 - A inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos Currículos da Educação Básica

A lei 10.639 que garante o acesso aos conteúdos da história e da cultura afro-brasileira nos currículos da educação básica é uma conquista alcançada por

movimentos e lutas dos negros. Esses movimentos buscavam a inclusão dos afrodescendentes e de sua cultura na sociedade, pois mesmo com a abolição da escravatura em 1888 pela lei Áurea criada pela princesa Isabel para devolver a liberdade o que não garantiu igualdade na sociedade os tornando marginalizados perante a sociedade e restringidos de oportunidades sendo vítimas de preconceito e racismo. (SALVATTI, 2016)

Dentre os movimentos por busca de igualdade, o movimento negro se destacou e foi marcado pelo combate à injustiça e pela busca por igualdade, no início essas manifestações ocorriam de maneira clandestina por conta das perseguições, um dos líderes que marcou esse movimento foi Zumbi dos Palmares que se tornou símbolo de resistência e luta para valorização da cultura africana. (SALVATTI, 2016).

A lei em vigor é um reflexo das lutas por direitos, que existe a anos. E mesmo aprovada, é nítido o descaso e a falta de compromisso com a causa nos ambientes escolares, ora por falta de capacitação de professores que conheçam a fundo a cultura afro-brasileira e africana, falta de materiais, ora por apresentações equivocados e com visão e olhar europeu onde o povo é representado com retração de fome, doença, sofrimento e escravidão, como se sua cultura fosse marcada por essas questões, passadas por ideologias dominantes. "Borges (2010) relata a importância de investir na qualificação para capacitação na formação dos professores para o ensino de história e da cultura afro-brasileira."Capacitar professores para mediar o conhecimento para valorização da cultura desses povos, traz uma desconstrução do olhar único reparando os danos, mostrando a dimensão das diferenças e a construção de uma sociedade democrática.

Se não buscarmos mudar de ótica e situar-nos diante das diferenças culturais como riquezas que ampliam nossas experiências, dilatam nossa sensibilidade e nos convidam a potencializá-las como exigência da construção de um mundo igualitário e justo, não podemos ser atores do processo de educação intercultural. (CANDAU, 2019, p. 279).

Assim sendo, a edição das relações étnico raciais impõem situações de aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimento e quebra de desconfianças: um projeto conjunto para a construção de uma sociedade justa, igual e equânime. (BORGES, 2010, p. 75).

É um caminho longo a ser percorrido, pois diante de tanta busca por igualdade, a discriminação e o preconceito perpassam essa luta que existe às décadas e levar esse conhecimento para construção de uma sociedade justa ultrapassa os muros das escolas, mas ao ser apresentada com uns novos olhares danos podem ser reparados.

2.3 Lei 11.645, de 2008 - A inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos Currículos da Educação Básica

Borges (2015) mostra que a promulgação da Lei 11.645, de 2008, veio a alterar a Lei de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação Nacional. A autora enfatiza que, com a promulgação, torna-se obrigatória a inclusão da temática História e Cultura Afro-brasileira e indígena no currículo oficial da rede de ensino.

A alteração da lei inclui diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira a partir dos grupos étnicos, africanos e indígenas para resgatar as contribuições nas áreas sociais, econômicas e políticas. Os conteúdos não serão aplicados como disciplinas específicas incluídas no currículo escolar, sua inserção ocorrerá através de aulas de Educação Artística e de Literatura e História do Brasil (BORGES, 2010).

O art. 26 da LDB norteia a lei para o ensino da História do Brasil levando em conta a contribuição das diferentes culturas e etnias para formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africana e europeia, tornando obrigatório o estudo da história e da cultura afro-brasileira.

Borges (2010) destaca que a promulgação dessa lei vem sanar uma dívida social e uma lacuna histórica: que é a ausência desta diversidade cultural na História do Brasil. A autora mostra que o objetivo da promulgação destas Leis era a promoção de uma educação voltada para a diversidade cultural, que valorize nossas origens culturais. A autora ainda enfatiza que essa é uma oportunidade de inovação nas aulas de História, ao propor a problematização da História de nosso país.

Borges (2015) mostra ainda os desafios que essa implementação coloca ao sistema educacional, ao abrir espaços para a produção de conhecimentos sobre

africanidades, o papel dos movimentos negros em nossa história, bem como da resistência e luta indígena pela terra e por sua cultura indígena.

A implementação da lei é a oportunidade de reconstruir essa história passada com olhares europeu e mostrar as origens do país e todos os conhecimentos cultural dos nossos ancestrais, pois através de novos olhares haverá o reconhecimento e valorização das diferentes culturas pois é contraditório viver em um país onde suas origens são indígenas e africanas e o racismo e preconceito serem tão estrutural impondo branquitude e padrões a um povo miscigenado a partir desses pressupostos a necessidade de mostrar as raízes históricas criando medidores de transformação não apenas impondo porque é lei.

Borges (2015) defende que o trabalho interdisciplinar com a temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena pode contribuir para a renovação do ensino brasileiro.

Borges alerta sobre o silenciamento das questões culturais e históricas na educação brasileira:

Como já foi frisado, o silenciamento nas questões culturais e históricas afro-brasileiras e africanas também é encontrado quando se trata da questão indígena. Este esquecimento e silêncio acontece pela falta de reconhecimento por parte da escola da composição da sócio-diversidade brasileira. Trata-se de uma realidade que perpassa um currículo escolar que distancia o saber dos alunos da história e da cultura dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas. Isto resulta em relações interculturais marcadas por posturas verticalizadas frente à diferença, bem como de um cotidiano escolar marcado por manifestações de intolerância e violência. A LDB e os PCNS já enfatizavam a importância do trabalho com a perspectiva multicultural. (BORGES, 2015, p. 08).

A interdisciplinaridade, com temáticas do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, traz problematizações acerca da naturalização do racismo na sociedade e dos preconceitos vividos por diferentes etnias, além de discutir como acontecem as intervenções diante desse processo. Mostrando que a população negra não partilha do “comum” e nem de seus direitos que são garantidos por lei, o que mostra claramente que a hegemonia branca vigora desde os primórdios e que a educação, ao não abordar de forma significativa, nega o direito de inclusão de grupos que deveriam ser respeitados em sua totalidade, independente das diferenças.

Com base nesses preceitos será buscada soluções que contribuam para a formação do cidadão em sua totalidade, para que conheçam e aprendam com as

diferenças, respeitem e valorizem a diferença do outro entendendo a necessidade de conhecer a riqueza que o outro tem a nos oferecer. Pois, ao analisarmos desde o início da temática, compreendemos o multiculturalismo intercultural e a necessidade de ações que busquem trabalhar com a desconstrução da desigualdade. Observamos, portanto, lutas e buscas por direitos que, ao observarmos o mundo hodierno, vemos as imensas lacunas existentes, mesmo diante de tanta luta por direitos iguais.

Diante do exposto, neste capítulo chegamos a conclusão que se colocarmos em práticas as legislações educacionais em prol de uma educação inter e multicultural podemos contribuir para uma transformação da mentalidade de nosso meio social. A resposta à problematização do porquê ainda vivemos em uma sociedade enraizada de preconceitos é simples: o sistema é segregador, mas através de uma mudança na perspectiva do trabalho educacional podemos ser responsáveis por transformar e ensinar a educação de maneira inter e multicultural, que de maneira prazerosa para que nossos alunos possam compreender a profundidade de riquezas que podemos aprender uns com os outros.

3 OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE SE TRABALHAR O MULTICULTURALISMO E INTERCULTURALIDADE CRÍTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL ATRAVÉS DA LITERATURA INFANTIL

O objetivo deste capítulo é mostrar a pertinência de se trabalhar com a literatura na educação infantil para prática de uma educação intercultural, o quanto a literatura infantil pode oferecer às crianças, a dimensão de conhecimentos no início de sua formação com práticas interdisciplinares.

Para tal ele está dividido em 05 partes. Na primeira parte será abordada a importância da literatura infantil na educação intercultural. Na segunda parte será realizada a análise do livro literário “O cabelo de Lelê”. Na terceira parte será feita análise do livro sobre as cores de Mateus. Na quarta parte será feita análise do livro menina bonita do laço de fita, finalizando com a análise da quinta parte com o livro TXOPAI e ITÔHÃ.

3.1 A Literatura Infantil na Educação Intercultural

A educação intercultural tem como objetivo trabalhar direitos de cidadania para diferentes grupos, para liberdade de manifestação cultural com um olhar pluralista, respeitar o espaço e as diferentes realidades. (MARQUES; BASTOS, 2016).

Se torna cada vez mais presente a necessidade de se trabalhar com a interculturalidade, desconstruindo esse processo homogeneizador. Através da literatura é possível encontrar uma solução: trazendo olhares que não se limitam. Pois diante dos expostos, percebemos a necessidade de metodologias transformadoras, por isso nos deparamos cada vez mais com um ensino diferencialista. (BRANDILEONE; VALENTE, 2018).

O ensino das diferentes culturas é limitado. Através da literatura o professor pode transformar essa retratação dos povos como minoria, mostrando as diferenças e as riquezas que as culturas alheias têm e quanto conhecimento podemos aplicar na bagagem cultural do outro ao conhecermos a cultura afro-brasileira e indígena, por um olhar que não seja o do colonizador. É urgente formar professores numa

perspectiva intercultural, para que colaborem de forma ativa na educação intercultural dos alunos. (MARQUES; BASTOS, 2005, p. 480).

Desafios são vivenciados diante de temáticas que trabalhem com inclusão, preconceito e racismo. Ao se trabalhar com interculturalidade é possível identificar, desde a formação dos professores, a necessidade de uma formação que os capacitará para uma aprendizagem significativa.

A educação intercultural implica, desse modo, em uma mudança de atitude dos educadores, não só isso, mas também na sensibilidade para múltiplos recursos que poderão facilitar a abordagem intercultural. É nesse sentido que a literatura infantil tem uma enorme importância, pois constitui-se um recurso pedagógico potencial, no que respeita às atividades pedagógicas orientadas no sentido da educação intercultural. (MARQUES; BASTOS, 2016, p. 479).

A literatura infantil é um dos principais recursos para a formação da criança nos aspectos cognitivos, emocionais e sociais. Através da literatura, o indivíduo em formação se torna seguro diante de situações de seu contexto social, para isso há uma necessidade de tornar as metodologias mais atrativas ao ponto de estimularem o conhecimento do aluno. (BARROS, 2013).

Ao compreender a importância da literatura para formação do cidadão em um contexto intercultural ela permite que a criança conheça situações, culturas, e ao ser estimulada se torna possível a desconstrução de estereótipos culturais que são adquiridos ainda na infância pautando a formação no respeito e valorização. (MARQUES; BARROS, 2016).

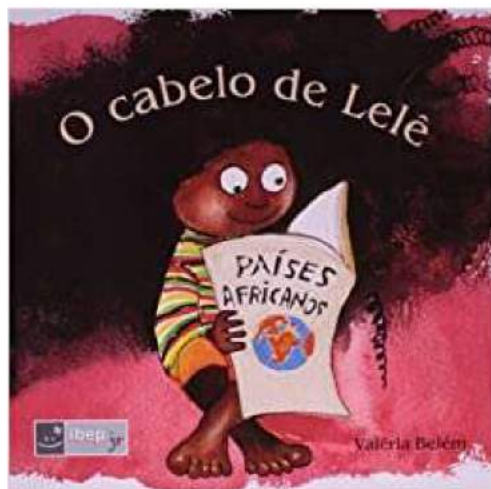
Pensando na perspectiva de que a literatura infantil é um dos principais recursos para a formação da criança nos aspectos cognitivos, emocionais e sociais, a partir do próximo tópico será apresentado alguns livros de literatura que podem ser trabalhados na Educação infantil visando o desenvolvimento de um ensino diferenciado que busca mostrar o multiculturalismo como uma riqueza, e não como algo depreciativo.

3.2 O Cabelo de Lelê

“O Cabelo de Lelê” é um livro escrito por Valéria Belém, ilustrado por Adriana Mendonça, publicado pela editora Nacional. É uma história que mostra que,

a partir de livros literários, podemos trabalhar diversos aspectos através do tema cultura, de forma leve e sábia com as crianças.

Figura 1 - Capa do livro “O cabelo de Lelê”



Fonte: https://www.google.com/search?q=O+CABELO+DE+LELE&source=Inms&tbn=isch&sa=X&ved=2ahUKEwiiooGLxqjsAhV6GLkGHYQFAkcQ_AUoA3oECBoQBQ&biw=1366&bih=657#imgrc=GmOC7MEGq3jz8M

A ilustração do livro, apresentada acima, mostra uma criança preta, com seus cabelos soltos fazendo a leitura de um livro de forma bem concentrada, o livro que ela lê relata a história de países africanos, o que traz uma retratação de interesse em compreender dúvidas existentes em sua mente.

Ao analisar o livro percebe-se que essa obra literária relata a história de Lelê, uma linda criança que não gosta do que vê em sua aparência por causa de seu cabelo cacheado. Olhando o cotidiano das escolas de Educação Infantil, fica nítido que isso ocorre com várias crianças e é fruto da educação eurocêntrica que valoriza apenas um tipo de beleza.

A Lelê é apresentada como uma criança ativa, que se porta como sujeito de sua aprendizagem, uma vez que busca as respostas de suas indagações. E mostra que ela vai buscar a resposta de sua problematização: de onde vem tantos cachinhos nos livros? Ou seja, ela pesquisará.

Suas dúvidas são respondidas no contexto de sua origem africana e quanto mais ela compreende, mais seus pensamentos vão mudando. Ela, portanto, começa a admirar sua aparência e a gostar do que vê.

O livro relata, através das leituras, o prazer que Lelê sente ao descobrir a beleza e herança de sua raça. Então, temos um outro olhar da garota que, ao conhecer sua história, passa a gostar de ser quem é. A obra mostra como o reconhecimento das origens e das histórias que uma cultura tem se torna um momento ímpar na vida das pessoas. Evidencia, desse modo, o papel das memórias que devem ser preservadas e valorizadas.

A obra se apresenta como uma importante aliada ao trabalho sobre o multiculturalismo, uma vez que mostra o respeito e o amor às diferenças culturais e/ou físicas. O texto da obra mostra, também, que, após a pesquisa, Lelê muda sua autopercepção, olha no espelho e ama o que vê. Termina, portanto, com a frase: Lelê ama o que vê, e você? Através dessa problematização o professor pode desenvolver debates e atividades que valorizem as diferenças.

Existem diferentes formas de um professor trabalhar essa obra literária na Educação Infantil: ele pode iniciar sua sequência didática trabalhando as possibilidades que partem da leitura e interpretação das crianças, aproveitando o momento para identificar o conceito que as crianças têm acerca do tema. E a partir de informações obtidas nesse primeiro momento, onde houve a coleta de informações que as crianças trazem de casa sobre a temática, o professor pode fazer questionamentos prévios aprofundando o conhecimento através das dúvidas que forem analisadas e criar atividades lúdicas.

A obra termina com a frase “Lelê ama o que vê, e você?” Essa frase traz o convite ao debate sobre os diferentes tipos de beleza. Mostra que às vezes não gostamos de algo por desconhecer sua história, a beleza de sua cultura e de sua identidade.

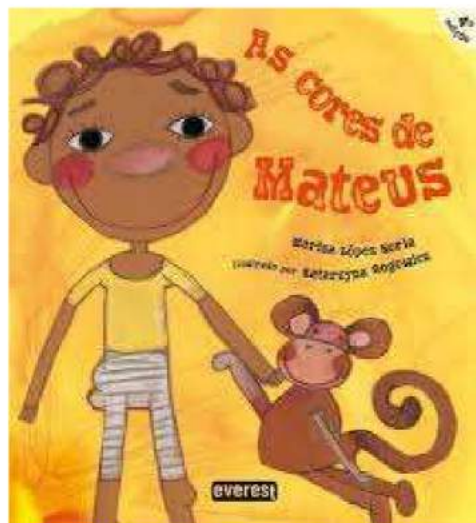
Nos sites e blogs escolares mostram inúmeras atividades onde os professores pode aprofundar o conhecimento das crianças com objetivo de se trabalhar com as diferenças culturais e a importância de valorizar a cultura afrodescendentes, construir a relação de passado, presente e futuro, apontando, entre as crianças, as diferenças e semelhanças e que desde o início de sua formação participe e compreenda assuntos de manifestação afrodescendentes. (SÓ ESCOLA, 2017). O que garante os direitos de aprendizagem e desenvolvimento da criança na Educação Infantil, ampliando suas experiências e conhecimentos potencializando as aprendizagens de maneira significativa. (BRASIL, 2017).

Candau (2008) define três tipos de multiculturalismo e nessa percepção é desenvolvido um trabalho com o multiculturalismo interativo que, ao apresentar uma didática significativa, proporciona o conhecimento para se repensar a prática educacional, desse modo, desconstrói a homogeneização e possibilita a compreensão da dimensão cultural em uma troca de conhecimento, assim, consegue romper com práticas que sejam sistematizadas, criando uma amplitude de conhecimento de identidades cultural.

3.3 As Cores de Mateus

O livro "As cores de Mateus" é uma obra escrita por Marisa López Soria, ilustrado por Katarzyna Rogowicz e publicado pela editora Everest. Abaixo apresenta-se a capa do livro:

Figura 2 - Capa do livro "As cores de Mateus".



Fonte: https://www.google.com/search?q=AS+CORES+DE+MATEUS&source=Inms&tbn=isch&sa=X&ved=2ahUKEwio9oP_xqjsAhU2DrkGHYEVDgYQ_AUoAXoECAsQAw&biw=1366&bih=657#imgcr=sJ4a0-CH9XK-uM&imgdii=ZlyUsJyNrerAWM

Já na capa, exposta acima, o autor convida as crianças a perceberem características do personagem principal Mateus uma criança de pele preta, cabelos cacheados e que traz a referência em seu nome "as cores de Mateus" despertando, no leitor, a curiosidade de compreender o porquê de o título fazer referências "às cores" de Mateus se é mostrado apenas uma cor no menino. Partindo dessa indagação, o professor pode mostrar a seus alunos que podemos buscar a resposta

lendo a história. Assim, o título traz uma motivação para a leitura ou narração da obra.

O livro conta a história de Mateus, uma criança de cor preta que foi adotada por uma mãe de pele branca que o admirava. Sua mãe gostava de lhe contar histórias, pois ele era uma criança muito curiosa. A obra mostra que Mateus era questionado, por seus vizinhos e amigos, se ele era adotado, isso ocorria pela diferença da cor de sua pele com relação a de sua mãe.

A obra retrata que em alguns momentos ele adorava contar sua história e dizer que sim, em outros nem tanto, por não se conformar. Em sua mente, Mateus criava histórias, usava a fantasia para as explicações, às vezes até dizia que teria nascido de um ovo. Há a retratação, então, de uma temática muito importante: o racismo e a violência nas escolas. A história conta, ainda, que certo dia a mãe de Mateus o viu brigando com alguns colegas na escola. Quando o procurou para conversar notou que ele estava arredio, ele se negava a falar o que estava acontecendo. A mãe, muito habilidosa, usando de vários argumentos, acaba conseguindo que seu filho conte o fato ocorrido. Então ela descobre que seu filho havia sido vítima de racismo por parte de seus colegas.

A atitude dessa mãe ao descobrir, através do diálogo, que ele estava sofrendo violência e racismo é extremamente interessante: em uma conversa séria ela mostra ao filho que violência não é a saída para essas situações. Ela aos poucos vai mostrando que o menino pode impor respeito sem violência. E que assim seus colegas aprenderão a respeitá-lo. Ao finalizar seu discurso a mãe mostra que a cor dele não impede que as pessoas o amem e que ela o amava do tamanho de todas as cores.

Candau (2000) aborda a temática da violência na escola e apresenta perspectivas de intervenção pedagógica contra a violência escolar. Ela mostra que a problemática da violência escolar ainda é pouco analisada do ponto de vista da pesquisa educacional, mesmo sendo uma temática que vem preocupando todos os membros da comunidade escolar. Ela aponta o pressuposto de que a violência é um fenômeno extremamente complexo (complexidade, multicausalidade e dimensões estrutural e cultural) e defende que não podemos ver a violência apenas por uma de suas variáveis. Ela discorda da tese de que a violência é consequência da pobreza, e que onde tem pobreza tem maior violência. Defende, porém, que, mais do que estar relacionado com a pobreza, a violência está relacionada à desigualdade social

e com a cultura. E que, desse modo, a violência é complexa e multicausal. Entretanto, também têm causas econômicas, causas sociais, no âmbito simbólico, e, com certeza, causas culturais.

Candau aponta o pressuposto de que a escola também produz violência. Mostra que hoje temos uma cultura escolar que favorece a violência, e alerta que é dever da escola construir ali outro tipo de sociabilidade. Candau reafirma que a escola não é só reflexo da violência que tem na sociedade, uma vez que ela sociedade também produz violência. A autora aponta que existe uma violência tipicamente escolar, retratada inclusive nas falas dos professores quando dizem que tal aluno não tem jeito, por ser filho de quem é. A autora mostra que isso é uma forma de violência simbólica. Outro comportamento violento apontado é quando o professor ameaça os alunos com a avaliação ou quando ele nega o conhecimento que o aluno traz de casa. Ela conclui que a questão é muito complicada para a escola, pois ao mesmo tempo que é reflexo da sociedade, produz e/ou reproduz violência.

Candau ainda mostra o perigo de se cair em dois extremos quando falamos em violência escolar: aliar a violência à criminalidade ou ampliar tanto o conceito ao ponto de acreditar que elevar a voz já é violência. Ao abordar as manifestações de violências nas escolas, destaca que as pesquisas a elencam em suas diferentes manifestações, sendo que as mais frequentes identificadas pelos professores são: ameaças e agressões verbais; agressões físicas, assédio do narcotráfico; cultura da violência; violência familiar; depredações e por último as pichações. Candau, então, relata que a cultura da violência já é bem perceptível e usa uma fala de uma professora entrevistada para ilustrar: "as crianças, hoje, têm a violência na pele".

Neste caso, o que é apresentado na obra é uma violência escolar entre os alunos em função da cor do Mateus.

É uma leitura boa de se trabalhar em sala de aula pois o contexto da história ocorre nas vivências da criança e no dia a dia na escola, onde pode haver crianças que foram acometidas de práticas racistas. Assim, o professor, através da literatura, pode intervir e propor atividades que vão além de "não se pode fazer isso porque é errado" e propiciar momentos de grande conhecimento com as crianças.

O livro traz reflexões sobre as diferenças raciais, com isso o professor pode trabalhar com as diferenças étnico-raciais dentro de uma linguagem que envolva o aluno, com uma leitura que proporcione rodas de conversas e que explorem, entre

eles, questionamentos sobre as cores e raças sobre as quais se estruturam nossa origem.

Ao abordar as diferentes perspectivas contra a violência escolar, Candau mostra que o tema da violência no cotidiano escolar pode ter duas principais abordagens, que na sua lógica de fundo são incompatíveis: uma é a lógica de olhar, a violência e a violência no cotidiano escolar, no que se refere à segurança (essa abordagem é criticada pela autora). A outra é a lógica Político Pedagógica, ou seja, olhar a violência como uma questão político-pedagógica.

Candau mostra que, na perspectiva Político Pedagógica, a questão da violência escolar não pode ser vista como um fenômeno isolado, e sim como uma violência social. Isso não infere que a escola pode se abster do problema, ela pode se articular e incluir na sociedade. Entretanto, a autora enfatiza que a escola não tem a solução de tudo. Mostra que quem trabalha nessa lógica enfatiza o resgate do aluno como sujeito da aprendizagem, a participação e o diálogo, a reflexão coletiva e a educação em/para direitos humanos.

Sobre o resgate do aluno como o sujeito da aprendizagem, a autora destaca que deve-se olhar para o aluno como sujeito, como cidadão e não como inimigo, porque se a escola olhar o aluno como inimigo ela não conseguirá fazer a diferença. Candau aponta a necessidade do resgate da cidadania do aluno, de ouvir o aluno, de dialogar, de criar espaços de conversas, de discussão desses temas na escola. E foi essa a perspectiva que a mãe de Mateus usa ao abordar o filho sobre a violência escolar que ele vivia.

Candau mostra que, na perspectiva Político Pedagógica, as ações partem de uma reflexão coletiva, para depois fazer uma ação coletiva. E a obra literária em questão é uma grande aliada para iniciar esse debate na escola.

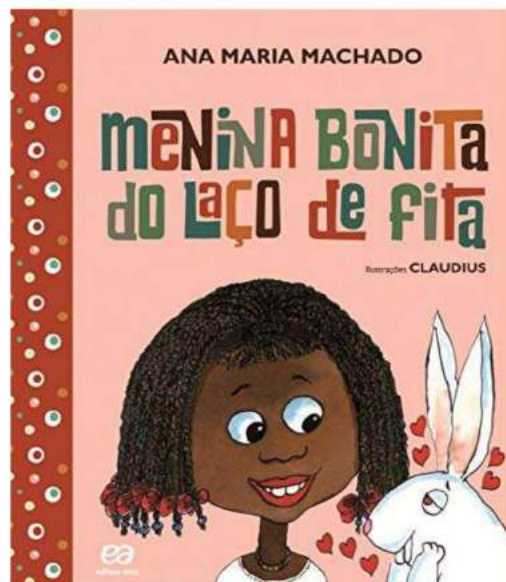
A autora sugere várias ações, tais como: promover uma semana na escola visando iniciativas em busca da “cultura da paz”; desenvolver, em confronto com a cultura da violência, uma cultura diferente (uma cultura do diálogo; uma cultura dos direitos humanos; uma cultura da participação; uma cultura da paz). Propõe ainda que as escolas criem ações desportivas, artísticas, dramatizações, vários tipos de oficinas e inúmeras outras atividades que abordem a cultura da paz.

3.4 Menina Bonita do Laço de Fita

O próximo livro literário aqui apresentado, como uma das opções para o trabalho sobre a interculturalidade crítica e o multiculturalismo, é a obra “Menina bonita do laço de fita” escrito pela renomada autora brasileira Ana Maria Machado, ilustrado por Claudius, e publicado pela Editora Ática.

Ana Maria Machado é membro da Academia Brasileira de Letras, tem várias obras publicadas, já recebeu vários prêmios nacionais e internacionais por suas obras literárias. “Menina bonita do laço de fita” é, portanto, uma das obras mais conceituadas de Ana Maria Machado, com repercussão nacional e internacional. Além disso o Movimento Negro Brasileiro considera a obra em questão como uma importante aliado para a discussão do multiculturalismo brasileiro.

Figura 2 - Capa do livro “Menina bonita do laço de fita”.



Fonte: https://www.google.com/search?q=MENINA+BONITA+DO+LA%C3%87O+DE+FITA&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKEwIUq4-ZyKjsAhXXIbkGHVeSDTMQ_AUoAXoECB0QAw&biw=1366&bih=657#imgrc=p-B5odGdlzSZ6M

A ilustração da capa do livro, exposta acima, mostra a menina com seus laços de fita e com o coelhinho bem apaixonado. Percebe-se o olhar de admiração do animal para com aquela menina.

O texto narra a história de uma menina linda de pele escura, olhos pretos e cabelos enrolados, que tinha como vizinho um coelho branco que era encantado e achava aquela menina a pessoa mais linda já vista por ele. E por isso o coelho desejava ter filhos pretinhos parecidos com ela. A obra retrata que, de tão

encantado, um dia o coelho quis saber o porquê de a menina ser tão pretinha. A obra mostra que todas as vezes ela arrumava uma desculpa por não saber o que dizer e no final o coelho se dava mal. Ao longo da narrativa, percebe-se que um certo dia, ao escutar aquela conversa, a mãe da menina explicou ao coelho que a gente se parece com a nossa família e assim ele compreendeu que não poderia ficar pretinho, mas que se quisesse uma filha preta deveria encontrar uma coelha que fosse “pretinha”. E assim o coelho, mais que depressa, saiu à procura de uma coelha “pretinha” e teve um monte de filhos, a partir disso tudo, sua tão sonhada coelhinha se tornou afilhada da menina bonita do laço de fita.

Percebe-se, assim, que essa obra literária também pode ser uma grande aliada no trabalho inter e multicultural nas escolas de Educação Infantil, uma vez que possibilita o debate sobre identidade e diferença, além de mostrar a herança cultural. Já foi pontuado nesta pesquisa a necessidade de que as escolas trabalhem, desde a Educação Infantil, uma proposta de educação antirracista, onde se promova a desconstrução do preconceito, dos estereótipos de beleza e que se mostre a importância da cultura e do respeito para com as diferenças no ambiente escolar, fazendo dali um lugar de promoção da cultura da paz.

Diferente da obra anterior, aqui a garotinha não sofre preconceitos por ser negra, pelo contrário, o coelho branco é apaixonado pela cor da menina. Assim podemos afirmar que a autora quis passar um discurso de valorização da cultura negra, uma vez que a protagonista apresenta uma grande autoestima. É um discurso diferente da obra anterior. Na narrativa “Menina bonita do laço de fita”, temos a proposta de um discurso diferente da realidade do mundo de preconceito e racismo que vivemos. Através desta, a obra pode-se mostrar como é a convivência que queremos com a implantação do multiculturalismo: um discurso que enaltece as diferenças de cultura e de beleza.

O trabalho com essa obra muito pode contribuir para destacar o papel da literatura na implantação de uma educação multicultural na Educação Infantil, que desconstrua os discursos preconceituosos da educação eurocêntrica. Assim, a obra pode contribuir para a construção de um discurso que valorize as diferentes culturas, os diferentes tipos de beleza. Uma cultura que vê beleza na diferença.

Em sala de aula, a obra pode auxiliar nesse processo trabalhando com a valorização da criança negra, falar sobre nossa descendência, explicar que os valores de uma pessoa não estão em sua cor e pode, desse jeito, desconstruir

padrões de beleza que são idealizados para serem seguidos, formando a criança para que ele tenha como base o respeito e a valorização do outro, além contribuir para que as crianças pretas tenham aceitação de si, evitando futuros conflitos internos.

Abaixo, a imagem de fantoches, recursos didáticos que os pedagogos podem utilizar na leitura e no debate sobre a obra.

Figura 3 - Dedoches da obra “menina bonita dos laços de fita”



Fonte: <https://www.google.com/search?q=MENINA+BONITA+DO+LA%C3%87O+DE+FITA&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKEwluq4-ZyKjsAhXXIbkGHVeSDTMQAUoAXoECB0QAw&biw=1366&bih=657#imgrc=hRRBn1JUdeTiOM>

3.5 Txopai e Itôhã

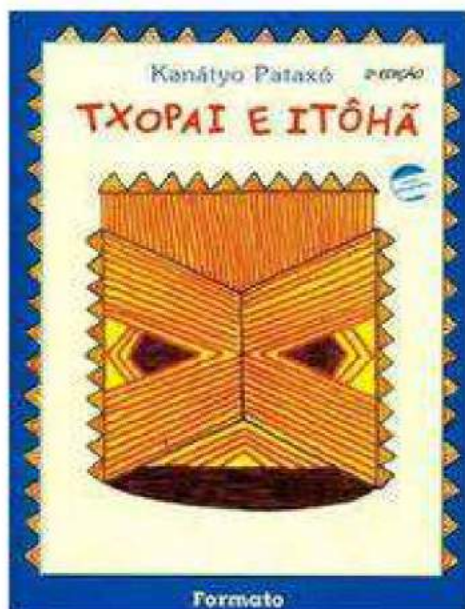
A obra TXOPAI e ITÔHÃ, é uma obra escrita e ilustrada pelo indígena Salvino dos Santos Braz, cujo nome indígena é Kanatyto Pataxó. Sua publicação foi financiada pelo Ministério da Educação (MEC), dentro do Programa de Promoção e Divulgação de Materiais Didáticos e Pedagógicos sobre as Sociedades Indígenas, recomendada pelo Comitê de Educação Escolar Indígena.

Nessa obra o autor apresenta ao leitor, de uma forma lúdica e poética, o surgimento de uma nação indígena: a nação indígena Pataxó. No decorrer da obra

ele vai mostrando como o índio se relaciona de forma harmoniosa com a natureza. Geralmente os alunos da Educação Infantil gostam muito de histórias indígenas.

O autor traz uma história que relata riquezas de uma terra, das plantações do modo de vida dos bichos e da chegada de um índio que, além de ficar admirado com as riquezas daquele lugar, usava sua sabedoria para plantar, pescar, caçar, e usar as ervas medicinais. Um dia, com a chegada de novos índios, ele precisou partir, mas deixou todos seus ensinamentos e, assim, todos seguiram os passos daquele que um dia foi líder.

Figura 3 - Livro Txopai e Itôhã



Fonte: https://www.google.com/search?q=TXOPAI+e+IT%C3%94H%C3%83&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=2ahUKEwiD8bjvNrsAhWsErkGHVTcBSMQ_AUoAXoECAQQAww&biw=1366&bih=600#imgrc=flG1dF7Y4gt29M

O livro apresenta como temática central a harmonia entre os povos indígenas e a natureza. Todavia ela apresenta vários subtemas que podem ser utilizados pelo professor, tais como: a cultura indígena (lendas, crenças e ensinamentos indígenas). Pode contribuir também para o debate sobre a importância da harmonia entre os mundos animal, vegetal e o cosmos (estrelas, o Sol, a Lua, os planetas) e o mundo mineral. Pode trabalhar também o processo de aculturação indígena e a perda de

identidade. Além de ser um ponto de partida para se travar um debate sobre a situação dos povos indígenas no Brasil.

Ao retratar a vida dos índios auxilia o professor em um trabalho multicultural, pois, através dessas informações, o professor pode desenvolver trabalhos que resgatam a origem da cultura indígena, revisitando e retomando memórias da origem de nosso país, costumes herdados e a importância do índio na construção de nossa sociedade.

A narrativa da obra, bem como sua utilização no contexto escolar muito pode contribuir para que histórias silenciadas na História do Brasil sejam divulgadas. E assim deixemos de lado a educação eurocêntrica, que exclui das histórias de afrodescendentes e indígenas.

Assim um fator de grande valia da obra é a possibilidade de dar voz e reconhecimento aos povos indígenas, com isso, pode auxiliar na formação de cidadãos conscientes e atuantes na construção de uma sociedade mais justa, trazendo um olhar mais humano e que garante direitos à diferentes grupos, independente de sua origem étnico racial.

Diante do exposto ficou evidenciado a importância de se trabalhar com a literatura na Educação Infantil quando se pretende pôr em prática uma educação inter e multicultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada teve por objetivo analisar a importância do multiculturalismo no ambiente escolar, partindo dos desafios e possibilidades desses processos na Educação Infantil.

A pesquisa mostrou a necessidade de ações afirmativas para o reconhecimento das diversidades. Desse modo, apresenta os desafios vivenciados há anos e que são enfrentados por diferentes etnias. Mostrou, também, a importância da problematização: por que após tantas lutas por direitos aprovados mediante leis, não vemos essas leis sendo efetivadas no cotidiano escolar da forma necessária?

Conclui-se, portanto, que a educação inter e multicultural é de suma importância na formação do indivíduo desde a Educação Infantil, uma vez que ali se apresenta como uma possibilidade de construção de conhecimentos que têm como base a formação de valores, compreensão de sua origem e as riquezas que podemos adquirir ao termos contato com o outro.

Mostra assim outra perspectiva pedagógica, uma que aborda a história das diferentes culturas na Educação Infantil, não mais com conhecimentos rasos que, ensinados fora de seus contextos históricos, representam o outro apenas com relatos de dores e sofrimentos. O ensino que associa os negros a um povo escravo não favorece a formação de uma identidade cultural. É necessário mostrar as riquezas e belezas das diferentes culturas, tal como os livros literários nos propõem.

É necessário que seja implantada uma educação multicultural, onde as crianças aprendam a riqueza de nossa diversidade cultural, onde as diferenças e as histórias de cada etnia possam ser respeitadas. Nessa perspectiva, faz-se necessário mostrar o quanto a cultura afro-brasileira e indígena são ricas em saberes. Assim, estaríamos contribuindo para a desconstrução dos estereótipos indígenas e africanos mostrando que nossa bagagem cultural também é construída por esses povos.

Diante dessa situação, mostramos que a literatura pode ser uma importante aliada na prática de uma educação inter e multicultural, contribuindo, assim, de maneira significativa na formação da criança, pois apresenta, de forma lúdica e em uma linguagem de fácil compreensão, os diferentes temas e contextos da cultura afro-brasileira e indígena.

Conclui-se que o processo de uma educação na perspectiva inter e multicultural é um desafio, uma vez que, mesmo com tantas buscas por reconhecimentos, espaços e direitos na sociedade, é possível observar que ainda existem práticas de preconceitos raciais e culturais no Brasil. Assim, trabalhar com essa temática na Educação Infantil muito pode contribuir para uma mudança desse quadro, pois podemos formar crianças que respeitem e valorizem o lugar de fala e origem do outro, se tornando assim um adulto crítico, cheio de valores e conhecimentos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017. 3ª versão. Disponível em: <http://www.basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 29 set.2020.

BRASIL; **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Senado Federal, 2017.

BARROS,Paula Rúbia Peloso. **A Contribuição da Literatura Infantil no Processo de Aquisição de Leitura**. LINS-SP, 2013.

BELÉM, Valéria. O Cabelo de Lelê. Companhia Editora Nacional. Disponível em: <https://ptpslideshart.net/mobile/naysataboada/o-cabelo-de-lele> Acesso em: 04 out.2020

BORGES, Elisabeth Maria de Fátima. A Inclusão da História e da Cultura Afrobrasileira e Indígena nos Currículos da Educação Básica. **Revista Mestrado em História**, v. 12, n. 1, jan./jun. Vassouras: 2010, p. 71-84. In: http://www.uss.br/pages/revistas/revistaMestradoHistoria/v12n12010/pdf/05A_I_Inclusoahistoriaculturaafro.pdf. Acesso em: 09 set. 2020.

BORGES, Elisabeth Maria de. Inclusão da História e da Cultura Afrobrasileira e Indígena nos Currículos da Educação Básica e Superior: momento histórico ímpar. **Revista Científica FacMais**. Vol. IV n. I. 2015. Disponível em: https://revistacientifica.facmais.com.br/wp-content/uploads/2015/08/artigos/cultura_africana.pdf. Acesso em: 09 set. 2020.

BRASIL. Governo do Distrito Federal. **Orientações Pedagógicas de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena**. 2012.

CANDAU, Vera Org. Didática: questões contemporâneas. In: SILVA, Marco; ORLANDO, Cláudio; ZEN, Giovana (Orgs). **Didática: abordagens teóricas contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/30770/1/Did%C3%A1tica%20-%20Abordagens%20te%C3%B3ricas%20contempor%C3%A2neas.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

CANDAU, Vera Org. **Didática: questões contemporâneas**. Rio de Janeiro: Editora Formação, 2009.

_____. CANDAU, Vera. Educação escolar: multiculturalismo, universalismo e currículo. In: CANDAU, Vera Org. **Didática: questões contemporâneas**. Rio de Janeiro: Editora Formação, 2009, p. 47- 60.

_____. CANDAU, Vera. Escola, didática e interculturalidade: desafios atuais. In: CANDAU, Vera Org. **Didática crítica e intercultural: aproximações**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012, p. 107- 135.

_____. CANDAU, Vera; RUSSO, Kelly. Interculturalidade e educação na América Latina: uma construção plural, original e complexa. In: CANDAU, Vera (org.). **Diferenças culturais e educação – construindo caminhos**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011, p. 59-77.

_____. CANDAU. Direitos humanos, violência e cotidiano escolar. In; CANDAU. Vera (Org). **Reinventar a Escola**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 137-167.

_____.CANDAU,V; MOREIRA,A. **MULTICULTURALISMO Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas**. São Paulo: Editora Vozes,2008.

_____.CANDAU,V; RUSSO,K. **Interculturalidade e Educação na América Latina: Uma construção plural, original e complexa**. Paraná: Revista Diálogo Educacional,vol.10. Abril 2010. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id:189114444009>

LUCIANO, Gersem do Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação continuada, alfabetização e diversidade LACED/Museu Nacional. Novembro 2006.

MACHADO, Ana Maria. Menina Bonita do Laço de Fita. São Paulo: Editora Lavínia Fávero, 2011.

MARQUES, C; BASTOS, G. **A Educação Intercultural e a Literatura Infantil: Perspectivas e Práticas na Educação Infantil**. 2016

OMANI, R; RAJOBAC, R. Por que debater sobre interculturalidade é importante para educação? **Revista Espaço Acadêmico** - nº127- Dezembro de 2011.

PATAXÓ, Kanáttyo. **Txopai e Itôhã**. Belo Horizonte: Editora Maria Inês de Almeida. 1997.

SILVA, Elisângela Cardoso de Araújo. **Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira**. São Paulo: Universidade Federal de Pernambuco. Set/Dez 2018.

SORIA, Marisa López. As cores de Mateus. Editora Everest. Disponível em: <https://pin.it/5RKzrP4> Acesso em: 04 out. 2020

SÓ ESCOLA. **Sequência didática O cabelo de Lelê**. 2017. Disponível em: <https://www.soescola.com/2017/11/sequencia-didatica-o-cabelo-de-lele.html>. Acesso em 05 out. 2020.

SILVA, S; MURANO, N.D. **Relações entre o pensar e a educação na obra de Paulo Freire.** Edição N°3, Vol.1, jan/dez. 2013.

SUANNO, Marilza Vanessa Rosa. **Fogo prometeico reforma do pensamento e o redimensionar das práticas educativas: Emergem perspectivas didáticas a partir da complexibilidade e da transdisciplinaridade.** NUPEAT-IESA-UFG, v.5.jan/jun 2010. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teri/article/download/36346/18702/>